

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2014

CADERNO DE PROVAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1) Você está recebendo, juntamente com este **caderno de provas**, a **folha de respostas**. **Assine o seu nome e escreva o número do seu documento de identificação.**
- 2) Verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) Para cada questão existe apenas **uma** resposta certa. Essa resposta deve ser marcada na **folha de respostas** que você recebeu.
- 4) Você deve preencher o quadro com a letra correspondente a sua resposta na **folha de respostas**, conforme o exemplo:

A	B	C	D
---	---	---	---

- 5) A **rasura** implicará a **anulação da resposta**.
- 6) Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 7) Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 8) Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- 9) Devolva a folha de respostas ao fiscal.
- 10) Os **3 (três) últimos** candidatos a terminar a prova deverão **retirar-se** da sala simultaneamente.
- 11) O gabarito será divulgado no dia 01 de dezembro de 2014, no térreo do edifício-sede da Subseção de Castanhal e no sítio <http://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.
- 12) O resultado será divulgado provavelmente no dia 05 de dezembro de 2014, no térreo do edifício-sede da Subseção de Castanhal e no sítio <http://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.
- 13) **O gabarito e o resultado não serão fornecidos por telefone.**

Castanhal/PA, 29 de novembro de 2014.

A COMISSÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: leia o texto abaixo e em seguida assinale a única alternativa correta contida em cada uma das duas questões seguintes.

“Às vezes se diz que nossa característica essencial é a cordialidade, que faria de nós um povo por excelência gentil e pacífico. Será assim? A feia verdade é que conflitos de toda a ordem dilaceraram a história brasileira, étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais etc. O mais assinalável é que nunca são conflitos puros. Cada um se pinta com cores dos outros.

O importante, aqui, é a predominância que marca e caracteriza cada conflito concreto. Assim, a luta dos Cabanos, contendo, embora, tensões inter-raciais (brancos *versus* caboclos), ou classistas (senhores *versus* serviçais), era, em essência, um conflito interétnico, _____ ali uma etnia disputava a hegemonia, querendo dar sua imagem étnica à sociedade. O mesmo ocorre em Palmares, tida frequentemente como uma luta classista (escravos *versus* senhores) que se fez, no entanto, no enfrentamento racial, que por vezes se exhibe como seu componente principal. Também os quilombolas queriam criar uma nova forma de vida social, oposta àquela de que eles fugiam. Não chegaram a amadurecer como uma alternativa viável ao poder e à regência da sociedade, _____ suas lutas chegaram a ameaçá-las”.

(RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 152)

1 - Considerando a relação de sentido mantida entre os dois parágrafos do texto acima destacado, bem como aquela existente entre as diversas sentenças constituintes de cada parágrafo, a alternativa que melhor preenche as lacunas, na ordem em que se apresentam, é:

- a) entretanto, portanto;
- b) porque, mas;
- c) mas, porque;
- d) portanto, entretanto.

2 - Os seguintes trechos do texto tiveram a pontuação modificada (adaptada). Leia-os e assinale a alternativa que enumera a(s) proposição(ões) que, apesar das modificações realizadas, mantém(êm) o mesmo conteúdo semântico (mesmo significado) do escrito originário, além de preservar a correção gramatical.

I - “Às vezes se diz que nossa característica essencial é a cordialidade, que faria de nós um povo, por excelência, gentil e pacífico”.

II - “A feia verdade é que conflitos, de toda a ordem, dilaceraram a história brasileira: étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais etc”.

III - “O mais assinalável é que nunca são conflitos puros, cada um se pinta com as cores dos outros”.

- a) apenas I;
- b) apenas I e III;
- c) apenas III;
- d) I, II e III.

3 - Leia os textos abaixo e em seguida assinale a proposição que, sob um critério lógico-semântico, veicula a única interpretação correta.

Soneto da saudade

Formosa flor dos celestiais jardins
Planta singular dos etéreos campos
Essência majestosa de jasmims bogaris
Presença constante a me incitar o canto.

Ao lembrar dos sonhos e loucuras que fiz
Pensando realizar o meu delírio quase santo
Percebo que me foste a chance de ser feliz
Que tão cedo foi embora, qual folha seca ao vento.

Hoje te encontras distante, coisa que nunca quis
E a distância é o algoz que me incute o lamento
Pondo-me a cada dia da loucura a um triz.

Para sempre serei teu cantor, meu doce intento
A saudade me fará cativo de teus ardis
E me conduzirá a este lirismo intenso.
(S. Félix)

Apelo

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa da esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, e até o canário ficou mudo. Para não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam e eu ficava só, sem o perdão de sua presença a todas as aflições do dia, como a última luz na varanda.

E comecei a sentir falta das pequenas brigas por causa do tempero da salada – meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? As suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa, calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolhas? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor.

(Dalton Trevisan)

a) não há como identificar qualquer relação entre os temas tratados nos textos, constatação que se deve, essencialmente, ao fato de o primeiro estar organizado em forma de versos – única estrutura apta a transmitir, ao menos em língua portuguesa, mensagens que extrapolem o sentido denotativo das palavras – ao passo que o segundo, em razão de encontrar-se estruturado em prosa, apresenta a natural aptidão a transmitir uma informação clara e precisa, resultando como consequência lógica de tal constatação a incompatibilidade para com a finalidade polissêmica própria dos textos poéticos;

b) não há como identificar qualquer relação entre os temas tratados nos textos, constatação que se deve, essencialmente, ao fato de o primeiro possuir como mote a ausência, trabalhada a partir de uma perspectiva predominantemente subjetiva, ao passo que o segundo, em grande medida em decorrência de sua função informativa, trata objetivamente do abandono do lar por uma esposa, a qual tem sua identidade preservada através da substituição de seu verdadeiro nome pelo pronome de tratamento “Senhora”, medida de cunho cautelar tomada pelo autor no intuito de evitar atentado ao direito à privacidade da pessoa retratada;

c) apesar de o segundo texto encontrar-se estruturado em prosa, forma tradicionalmente utilizada para a transmissão de mensagens privilegiando a função informativa da linguagem, é inequívoca a presença nele de um caráter acentuadamente subjetivo, polissêmico, próprio dos textos normalmente organizados em versos; ilustram o ora afirmado os seguintes trechos: “Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa” e “...Senhora, fui beber com os amigos”;

d) apesar de o segundo texto encontrar-se estruturado em prosa, forma tradicionalmente utilizada para a transmissão de mensagens privilegiando a função informativa da linguagem, é inequívoca a presença nele de um caráter acentuadamente subjetivo, polissêmico, próprio dos textos normalmente organizados em versos; ilustram o ora afirmado os seguintes trechos: “Toda a casa era um corredor deserto, e até o canário ficou mudo” e “Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando”.

4 – Leia os excertos abaixo e a seguir assinale a única alternativa correta (questão adaptada da obra “Para Entender o Texto: Leitura e Redação” - Platão e Fiorin. São Paulo: Editora Ática, 2006):

Vou-me embora pra Pasárgada

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada

Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive

E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei em burro brabo
Subirei no pau-de-sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe-d'água
Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me contar
Vou-me embora pra Pasárgada
(...)
(Manuel Bandeira)

a) a interpretação que melhor se aplica ao verso “Lá sou amigo do rei” é a de que o “eu-poético” (sujeito transmissor da mensagem inserta no poema) é um ferrenho defensor da Monarquia, por isso manifesta seu desejo de viver em um lugar em que vigore tal regime político;

b) ao longo do texto é possível identificar a oposição entre um “aqui” e um “lá”; considerando as informações passíveis de apreensão nos excertos acima, pode-se afirmar que o “aqui” relaciona-se ao

mundo/vida real e ao tempo presente do "eu-poético", ao passo que o "lá" remete à fuga para um mundo e tempo imaginários;

c) pode-se coerentemente afirmar que a narrativa constante da segunda estrofe remete essencialmente a situações próprias da infância do transmissor da mensagem;

d) apesar de o texto tratar de um desejo de fuga, a referida intenção escapista limita-se unicamente à noção de espaço.

5 – Leia o texto abaixo e em seguida assinale a única alternativa que veicula proposição correta no que tange à concordância verbal.

Cidadezinha qualquer

Casa entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar

Um homem vai devagar
Um cachorro vai devagar
Um burro vai devagar

Devagar... as janelas olham.
Eta vida besta, meu Deus.
(Carlos Drummond de Andrade)

Caso após o último verso da segunda estrofe fosse acrescentado um outro verso, sintetizador da ideia ali desenvolvida, iniciado pelo pronome indefinido "tudo", obedecer-se-ia aos ditames da variante padrão da língua a(s) seguinte(s) construção(ões):

- a) "Tudo vai devagar";
- b) "Tudo vão devagar";
- c) "Tudo vai devagar" ou "Tudo vão devagar", facultativamente;
- d) "Tudo vai devagar", se a intenção for destacar o modo como se dá a ação anunciada unicamente no último verso, ou "Tudo vão devagar", caso se pretenda enfatizar o modo como ocorrem todas as ações enunciadas em todos os versos da segunda estrofe.

DIREITO PENAL

6 – Observe as seguintes definições de crime, propostas por Giuseppe Bettiol (In Direito Penal, v. I, p. 209, citado por Rogério Greco In Código Penal Comentado, 6. ed. Niterói: Impetus, 2012, p. 30): I – crime é "todo o fato humano, proibido pela lei penal"; II – crime é "todo o fato humano lesivo de um interesse capaz de comprometer as condições de existência, de conservação e de desenvolvimento da sociedade".

Assinale a única assertiva correta quanto aos conceitos de crime estampados no parágrafo precedente.

- a) a assertiva "I" apresenta o conceito formal de crime e a assertiva "II" veicula o conceito material de crime;
- b) a assertiva "I" apresenta o conceito material de crime e a assertiva "II" veicula o conceito formal de crime;
- c) ambas as assertivas dizem respeito ao conceito formal de crime;
- d) ambas as assertivas dizem respeito ao conceito material de crime.

7 – Consoante a abordagem analítica, o crime é conceituado como uma ação humana típica, ilícita e culpável (para os adeptos da concepção tripartida de crime) ou como ação humana típica e ilícita (conforme defendem os adeptos da concepção bipartida de crime). No que respeita especificamente ao fato típico (ação humana típica), assinale a alternativa que apresenta corretamente seus elementos constitutivos.

- a) conduta, resultado, nexo de causalidade entre a conduta e o resultado e tipicidade (formal e conglobante);
- b) conduta, resultado, nexo de causalidade entre a conduta e o resultado e imputabilidade;
- c) imputabilidade, conduta e exigibilidade de conduta diversa;
- d) imputabilidade, conduta e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.

8 – O seguinte excerto define uma causa excludente de ilicitude (antijuridicidade). Assinale a proposição que, conforme definição legal (art. 24 do Código Penal), preenche corretamente a lacuna, bem como apresenta adequadamente requisitos para o reconhecimento da referida causa justificadora.

“O (A) _____ pressupõe sempre um conflito entre os interesses lícitos do agente e do ofendido, em que um pode perecer licitamente para que o outro seja poupado”. (Julio Fabbrini Mirabete, Código Penal Interpretado. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 233)

a) legítima defesa; apresenta como requisitos a injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio ou de terceiro e o uso moderado dos meios necessários à repulsa da agressão;

b) legítima defesa; apresenta como requisitos a injusta agressão, desde que esta seja atual, a direito próprio ou de terceiro e o uso moderado dos meios necessários à repulsa da agressão;

c) legítima defesa; apresenta como pressupostos a injusta agressão, atual ou iminente, desde que em defesa de direito próprio, e o uso moderado dos meios necessários à repulsa da agressão;

d) estado de necessidade; apresenta como pressupostos a existência de perigo atual, não provocado dolosamente pelo agente e insuscetível de defesa através de outros meios menos gravosos, passível tal excludente de ilicitude de invocação para a defesa de direito próprio ou alheio.

9 – Constitui uma causa excludente da culpabilidade:

a) legítima defesa;

b) estado de necessidade;

c) exercício regular de um direito;

d) inimputabilidade.

10 – Segundo os termos do art. 327 do Código Penal “Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”. Em seguida, o parágrafo primeiro do mesmo dispositivo legal dispõe que “Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública”.

Levando em consideração as definições contidas nos dispositivos acima referidos e as situações narradas nas assertivas abaixo, assinale a única opção correta.

a) caso um funcionário da Caixa Econômica Federal se apropriasse de valores de que detém a posse em razão do exercício do cargo, resultaria configurado crime praticado por funcionário público contra a Administração Pública em geral, apesar de ostentar a referida empresa pública personalidade jurídica de direito privado; o mesmo entendimento, no entanto, não se aplicaria caso se tratasse de um funcionário do Banco do Brasil, haja vista tratar-se de uma sociedade de economia mista, ente não constante do rol exaustivo do art. 109, IV, da Constituição Federal, definidor da competência penal da Justiça Federal;

b) caso um funcionário da Caixa Econômica Federal se apropriasse de valores de que detém a posse em razão do exercício do cargo, resultaria configurado crime praticado por funcionário público contra a Administração Pública em geral, apesar de ostentar a referida empresa pública personalidade jurídica de direito privado;

c) em ambas as situações descritas no item “a” não há que se falar em crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral, uma vez que aquela definição (funcionário público), em termos penais, restringe-se aos agentes vinculados a entidades com personalidade jurídica de direito público;

d) em ambas as situações descritas no item “a” reconhece-se a qualidade de funcionário público dos agentes, entendimento que encontra amparo exclusivamente no fato de os referidos entes (Caixa Econômica e Banco do Brasil) ostentarem personalidade jurídica de direito público.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11 – São princípios informadores do processo penal, exceto:

a) princípio da verdade real;

b) princípio da retroatividade da lei processual penal;

c) princípio da publicidade;

d) princípio do estado de inocência.

12 – “O inquérito policial é ainda sigiloso, qualidade necessária a que possa a autoridade policial providenciar as diligências necessárias para a completa elucidação do fato sem que se lhe oponham, no caminho, empecilhos para impedir ou dificultar a colheita de informações com ocultação ou destruição de provas, influência sobre testemunhas etc. (...) Como já se afirmou, o sigilo no inquérito policial, necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, tem ação benéfica, profilática e preventiva, tudo em benefício do Estado e do cidadão. (...) O advogado só pode ter acesso ao inquérito policial quando possua legitimatio ad procedendum e, decretado o sigilo em segredo de Justiça, não está autorizada sua

presença a atos procedimentais (...)" (Julio Fabbrini Mirabete, Processo Penal. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 61)

Os aspectos sigiloso e unilateral destacados no excerto acima permitem afirmar que no Brasil o inquérito policial submete-se predominantemente ao sistema:

- a) acusatório;
- b) inquisitório (ou inquisitivo);
- c) misto;
- d) acusatório quanto aos crimes de ação penal pública, inquisitório no que respeita aos crimes de ação penal de iniciativa privada.

13 – Leia atentamente as seguintes assertivas a respeito do inquérito policial:

I – o inquérito policial é indispensável ao oferecimento da denúncia, caso trate de crime de ação penal pública condicionada à representação; II – em razão da predominância do sistema acusatório no processo penal pátrio, o inquérito policial não poderá ser instaurado mediante requisição judicial, cabendo aquela providência (requisição ou pedido de instauração) unicamente ao Ministério Público e à vítima, demandantes de quem não se exige a isenção de ânimo necessária à resolução justa do conflito; III – como decorrência lógica do fato de presidir o inquérito policial, poderá a autoridade policial promover o respectivo arquivamento, caso o curso das investigações demonstre a inviabilidade da descoberta de elementos mínimos a desencadear a ação penal correspondente (prova da materialidade e indícios suficientes de autoria).

Está correto o afirmado em:

- a) I, II e III;
- b) II e III;
- c) II;
- d) todos os itens veiculam afirmações incorretas.

14 – Conforme disposição do art. 109 e respectivos incisos, da Constituição Federal, não se inserem na competência penal da Justiça Federal os crimes:

- a) políticos;
- b) previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- c) cometidos a bordo de aeronaves e embarcações de qualquer porte;
- d) de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.

15 – O art. 302, do Código de Processo Penal, prescreve que "Considera-se em flagrante quem: I – está cometendo a infração penal; II – acaba de cometê-la; III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV – é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração". Atentas aos ditames do dispositivo legal acima destacado, a jurisprudência e doutrina pátrias nominaram diversas espécies legítimas de flagrante, dentre as quais não figura o:

- a) flagrante impróprio;
- b) flagrante diferido;
- c) flagrante presumido;
- d) flagrante preparado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16 – "Como dizer que a ação é direito de quem tem razão, se aquele que não a tem põe em atividade o órgão jurisdicional e dele extrai um julgamento que constitui exatamente o cumprimento da obrigação estatal, correspondente ao direito de ação. Alguns chegaram até a considerá-la como simples direito de petição, exercido perante o Poder Judiciário, como é o caso de Couture, no Uruguai. O órgão jurisdicional está obrigado ao despacho. Despachada a petição, mesmo que seja para recusa de julgamento do pedido, fez-se o exercício do direito de ação". (Ernane Fidélis dos Santos, Manual de Direito Processual Civil. Vol. 1. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 49)

A definição contida no excerto destacado acima identifica a natureza jurídica da ação como direito:

- a) concreto;
- b) abstrato;
- c) a um provimento judicial favorável;
- d) à solução justa da demanda.

17 – Assinale a única alternativa que não contém uma condição da ação:

- a) legitimidade para a causa;
- b) possibilidade jurídica do pedido;
- c) petição inicial apta;
- d) interesse processual.

18 – São princípios regentes das atividades nos Juizados Especiais Federais, exceto:

- a) oralidade;
- b) informalidade;
- c) economia processual;
- d) ampla e irrestrita utilização das modalidades probatórias.

19 – Assinale a opção que veicula informação incorreta acerca da ação civil pública, disciplinada pela Lei nº. 7.347/85:

- a) deverá ser ajuizada no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência absoluta para processar e julgar a causa;
- b) o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados e os Municípios são alguns dos legitimados para propô-la;
- c) o Ministério Público, caso não figure no processo como parte, intervirá obrigatoriamente na qualidade de fiscal da lei;
- d) no caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, apenas o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa da demanda, prosseguindo no feito até o seu deslinde.

20 – Conforme dispõe o art. 5º, LXIX, da Constituição Federal, “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”. Por sua vez, a Lei nº. 12.016/09 disciplina em nível infraconstitucional o referido remédio constitucional.

Segundo previsão da lei acima mencionada, o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á (decadência) em _____ dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. A opção que preenche corretamente a lacuna é:

- a) 180;
- b) 150;
- c) 90;
- d) 120.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21- Analise:

I) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de redução à condição análoga à de escravo, porque enquadrável na categoria dos crimes contra a organização do trabalho.

II) Caberá aos Tribunais Regionais Federais julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais, bem como aquelas decididas pelos juízes estaduais no exercício de competência federal da área de sua jurisdição.

III) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

IV) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento de ação penal cujos delitos se referem a desvio de recursos federais, sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Diante das assertivas acima, está (ão) correto (s) somente o(s) item (ns):

- a) III
- b) III e IV
- c) I, II e III
- d) I, II e IV

22- Direitos e garantias fundamentais. Com relação ao tema, é **incorreto** afirmar:

- a) Não se constata ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório em caso de falta de defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar.
- b) O direito à educação, por meio de ensino público em estabelecimentos oficiais, admite a cobrança de taxa de matrícula semestral em universidades públicas.
- c) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

d) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

23- Em relação, ainda, aos direitos fundamentais, está de acordo com previsão constitucional a seguinte afirmativa:

- a) A escusa de consciência pode ser invocada por motivos de crença religiosa, devendo o indivíduo se submeter à prestação alternativa em caráter de substituição.
- b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros: o fundo de garantia do tempo de serviço; licença-paternidade, nos termos fixados em lei; e, repouso semanal remunerado, sempre aos domingos.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, a qualquer tempo, para cumprimento de determinação judicial.
- d) É privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil.

24- No que diz respeito ao controle de constitucionalidade abstrato realizado pelo Supremo Tribunal Federal, avalie os itens seguintes:

- I – O objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade são as leis e atos normativos federais, estaduais e municipais.
- II – Dentre os legitimados à propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade estão: o Presidente da República; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e, a Mesa do Congresso Nacional.
- III – Cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade contra Emenda Constitucional.
- IV – Segundo o princípio da causa de pedir aberta pode o Supremo Tribunal Federal no julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade declarar a inconstitucionalidade de lei federal por fundamentos jurídicos diversos daqueles suscitados pelo legitimado ativo na inicial, isto é, deverá o Pretório Excelso realizar o cotejo do ato normativo com todo o texto da Constituição Federal.

Estão **incorretas** as afirmações:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e IV.
- c) I e II.
- d) I e III.

25- Considerando os preceitos constitucionais que tratam de direitos políticos e partidos políticos, marque a alternativa correta:

- a) São vedados o alistamento eleitoral e o voto para os analfabetos.
- b) É vedada a suspensão dos direitos políticos em caso de improbidade administrativa.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- d) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

DIREITO CIVIL

26- A respeito da prescrição, assinale a opção **incorreta**:

- a) A prescrição deve, obrigatoriamente, ser alegada em primeiro grau de jurisdição.
- b) Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.
- c) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- d) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

27- Considerando as disposições do Código Civil acerca dos atos lícitos e ilícitos e da responsabilidade civil, marque a opção correta:

- a) Constitui ato ilícito a deterioração da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, quando não exceda os limites do indispensável para remoção deste.
- b) Depende de averiguação da culpa dos pais a responsabilidade destes pela reparação civil em decorrência dos atos de filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

c) Haverá obrigação de reparar o dano, desde que provada a existência de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

d) A indenização mede-se pela extensão do dano. Entretanto, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

28 - Em relação aos bens públicos, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

a) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião, observadas as disposições legais.

b) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme disposição legal.

c) As praças exemplificam os bens públicos classificados como de uso especial.

d) Classificam-se como bens públicos de uso especial os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, excluídos os de suas autarquias e fundações públicas.

29- Assinale a alternativa que apresenta afirmação **incorreta** a respeito da disciplina do negócio jurídico no Código Civil.

a) A validade do negócio jurídico requer forma não defesa em lei.

b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

c) É anulável o negócio jurídico por incapacidade absoluta do agente.

d) A anulabilidade do negócio jurídico não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício.

30 - Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, é possível afirmar:

a) Que o juiz pode decretá-la de ofício, a requerimento da parte ou do Ministério Público.

b) Que a decisão judicial implicará em extinção da pessoa jurídica.

c) Que não há previsão no Código Civil sobre a matéria, sendo aplicável nos casos concretos em decorrência de entendimento jurisprudencial.

d) Que ocorre em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31- São impostos da União, exceto:

a) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros.

b) Imposto sobre propriedade territorial rural.

c) Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis.

d) Imposto sobre produtos industrializados.

32- Considerando a definição de tributo e suas espécies, é correto afirmar que:

a) Multa tem por finalidade coibir a prática de ato ilícito, por isso não se constitui em tributo.

b) A União, mediante lei complementar, poderá instituir impostos para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

c) A cobrança de tributo ocorre mediante atividade administrativa discricionária.

d) Taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

33- Sobre imunidade tributária, compreendida dentre as limitações constitucionais do poder de tributar, é correta a assertiva:

a) Refere-se à impostos, taxas e contribuições de melhoria, espécies tributárias previstas expressamente no texto constitucional.

b) Aplica-se somente à União.

c) Veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituam impostos e taxas sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

d) Veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituam impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

34- A imunidade tributária recíproca, consoante previsão constitucional, é extensiva:

a) às empresas públicas.

- b) às sociedades de economia mista.
- c) aos Estados estrangeiros.
- d) às autarquias.

35- Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.
- b) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes
- d) É vedado à União instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

36 - Eder Viana, devido a sua notória experiência no mercado financeiro, recebeu proposta para ser diretor-empregado de um grande banco de investimentos, com direito a participação direta nos resultados da empresa. Caso Eder aceite a proposta, sua inscrição no Regime Geral de Previdência Social será:

- a) obrigatória, como empregado.
- b) obrigatória, como contribuinte individual.
- c) facultativa, por ter deixado de ser segurado obrigatório.
- d) facultativa, como associado eleito para cargo de direção remunerada.

37 - De acordo com a legislação previdenciária vigente, são benefícios do Regime Geral de Previdência Social:

- a) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Abono de Permanência.
- b) Auxílio-Acidente, Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão e Auxílio-Natalidade.
- c) Salário-Família, Salário-Maternidade, Pensão por Morte e Aposentadoria Especial.
- d) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria Especial e Auxílio-Funeral.

38 - Para o recebimento de auxílio-reclusão no regime geral de previdência social, é exigido pela legislação:

- a) ter o segurado recolhido um mínimo de 12 (doze) meses de contribuições previdenciárias.
- b) ter o segurado recolhido um mínimo de 180 (cento e oitenta) meses de contribuições previdenciárias.
- c) prova trimestral de que o segurado permanece na condição de presidiário.
- d) prova de bom comportamento e exercício de trabalho na prisão pelo segurado.

39 - A qualidade de segurado é mantida, independentemente de contribuições:

- a) Até 24 (vinte e quatro) meses após a cessação das contribuições, para o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- b) Até 12 (doze) meses após cessar a segregação, para o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- c) Até 6 (seis) meses após o livramento, para o segurado retido ou recluso.
- d) Até 6 (seis) meses após o licenciamento, para o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.

40 - Entende-se como família do idoso ou da pessoa portadora de deficiência, para efeito de apuração da renda familiar mensal "per capita":

- a) a filha divorciada; a neta e o marido dela; os avós; e a sobrinha de irmão falecido, residentes sob o mesmo teto.
- b) os pais; o cônjuge, os filhos menores, residentes sob o mesmo teto.
- c) o companheiro da filha; os tios; os sobrinhos, residentes sob o mesmo teto.
- d) a filha e o marido dela; os netos; residentes sob o mesmo teto.